



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 29 DE  
DEZEMBRO DE 2003: -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e três, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada secretariado pelos Exm<sup>o</sup>.s. Srs. Luis Filipe Cruz Barreto, 1<sup>o</sup>. Secretário e Eng<sup>o</sup>. Tony de Jesus Ventura, 2<sup>o</sup>. Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exm<sup>o</sup>s. srs. Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Eng<sup>o</sup>. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng<sup>o</sup>. Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Prof<sup>a</sup>. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, João Luis dos Santos Marques de Pinho, António Aquiles Ribeiro Cainé, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Mário de Jesus Manata. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----**

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo artº. 2º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta da sr<sup>a</sup>. deputada Prof<sup>a</sup>. D. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel. -----

**----- HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças anteriormente referidas, à excepção dos srs. deputados Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e Narciso Patrão António que integraram o plenário já depois de ter sido feita a chamada. Ao abrir os trabalhos, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia justificou a sua falta à sessão anterior, dizendo que a mesma tinha ficado a dever-se a uma avaria na sua viatura quando se deslocava de Lisboa para tomar parte nos trabalhos da sessão. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-----Pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação do plenário a acta da sessão anterior, realizada em 26 de Setembro findo, tendo a mesma sido aprovada com as abstenções dos senhores deputados Dr. Gabriel da Frada, Engº. Tony Ventura, Dr. Luis Neves Rocha, Prof. Ramiro Acena e sr. Mário Manata, por não terem estado presentes na sessão a que a mesma diz respeito. Também o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sr. António Aquiles Ribeiro Cainé se absteve por se ter ausentado da reunião antes da mesma finalizar.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----Este período da sessão iniciou-se com a intervenção do sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Alberto Milheirão, que começou por saudar a todos e endereçar um voto de Boas Festas. Seguidamente, reportou-se à permanência de pista de carrinhos eléctricos instalada na Praia de Mira, já desde a altura do início das festas daquela localidade e não mais tinha sido retirada. Disse que, já no ano anterior, se tinha verificado uma situação idêntica, em que a referida pista tinha permanecido naquela localidade até ao mês de Maio, desconhecendo se para tal existiria licenciamento e que situação idêntica se passava com as barracas de venda de farturas e lembrou que mais não se tratava do que uma forma de venda ambulante e que esta estava proibida na Praia de Mira. Alertou, depois, para o problema que estava a constituir a ETAR da Praia de Mira, com as respectivas bombas paradas há cerca de 2 semanas, para além de não ter qualquer manutenção, assim como lhe parecia que não estava nenhum funcionário encarregue de ligar o sistema de funcionamento quando este desligava e que havia já queixas de que nos terrenos contíguos a água dos filtros estava a ficar inquinada.-----

-----Seguiu-se a intervenção do deputado sr. Fernando Alves que manifestou interesse em saber qual era a política a seguir pelo Executivo para as escolas do 1º. Ciclo, do concelho de Mira, com um número reduzido de alunos, como era o caso da Escola dos Leitões, localidade onde cerca de 30% da população estudantil se encontrava fora do concelho ou em escolas de outras localidades do concelho de Mira.-----

-----O deputado sr. Pedro Nunes interveio para registar, com agrado, a limpeza do Canal de Mira, obra por si considerada bastante necessária e que deveria ser feita todos os anos, para o melhor escoamento das



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

águas, sobretudo em época de cheias. Chamou, também, a atenção para o facto da necessidade de maior limpeza antes da ponte do M.F.A., uma vez que existia ainda um grande serpentear de corrente que seria impeditivo do escoamento correcto das águas. Perguntou para quando a entrada em funcionamento da Extensão de Saúde da Praia de Mira, bem como do Centro Cultural, duas obras que achava de extrema importância e que não deviam permanecer fechadas e quis saber o ponto da situação do processo da habitação social da Videira Norte. -----

----- Registadas as três intervenções anteriores, usou da palavra o sr. Presidente da Câmara que começou por cumprimentar os presentes e a todos desejar a continuação de Boas Festas e um feliz ano de 2004. Do mesmo passo, reiterou o convite a todos já enviado para que ninguém faltasse ao jantar de final de ano, programado para aquele dia. Reportando-se aos assuntos abordados pelos senhores deputados, começou por dizer que, no tocante à pista de carrinhos eléctricos e barracas de venda de farturas instaladas na Praia de Mira, existia autorização emitida pela Câmara Municipal, com validade até final do ano e que, a partir dessa data, iriam ser envidados esforços no sentido de serem retirados para que não acontecesse como no ano transacto em que tinham permanecido naquele mesmo local até ao mês de Maio, sem o necessário licenciamento. Relativamente ao problema da ETAR da Praia de Mira, disse que era questão deveras complicada e que a Câmara Municipal estava atenta no sentido de resolver o problema; que, tinha recebido carta do deputado Dr. Manuel Castelhana, a alertar para a situação existente e que tinha sido dado conhecimento ao Delegado de Saúde que iria, certamente, fazer o levantamento de toda aquela área; que, não achava bem que se afirmasse que a manutenção era nula, tanto mais que apenas aos técnicos competia fazer essa apreciação e, sem querer fazer comparações, disse que o que se passava com a ETAR da Praia de Mira era um pouco aquilo que se passava com muitas outras espalhadas pelo país fora. Sobre a limpeza do Canal de Mira, disse que a mesma tinha sido assumida pela Câmara Municipal, com a devida autorização da DRAOT, visto que esta entidade não se dispunha a fazê-la e também se estava a envidar todos os esforços no sentido de que também a Barrinha fosse limpa no mais curto espaço de tempo. Lembrou que, aquando da visita a Mira de Sua Ex<sup>ª</sup>. o sr. Presidente da República, acompanhado do sr. Ministro do Ambiente, Dr. Amílcar Theias, tinha sido prometido que iriam tentar resolver o



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

problema da Barrinha; que, posteriormente, o assunto tinha tido algum desenvolvimento, tendo a CRDR enviado um ofício a apresentar à Câmara Municipal um projecto para limpeza da Barrinha e do Canal de Mira, em que a Autarquia comparticiparia com 25%, sendo o restante suportado pelos fundos comunitários; que, levantou a questão de ser uma obra da responsabilidade do Estado mas que, de qualquer maneira, se iriam fazer todos os esforços no sentido de ser levada a cabo uma operação inicial, em conjunto com a CCDR, estando já a ser feito por esta entidade um estudo inicial sobre o problema. Quanto à entrada em funcionamento do Centro da Saúde da Praia de Mira, disse que o mesmo não dependia directamente da Câmara Municipal mas, de qualquer maneira, sabia que tinha havido a marcação de uma data para a sua abertura, a 8 de Dezembro corrente, até porque havia um compromisso, por parte da ARS, para transferir o pré-fabricado que tem estado a servir de posto médico da Praia de Mira para o Centro de Saúde de Mira, para que ali comece a funcionar um centro de fisioterapia, tendo havido o comprometimento da ARS em assumir todas as despesas com a transferência e a remodelação da área; que, no tocante ao novo edifício do Centro da Saúde da Praia, estavam a ser levados a efeito os trabalhos de arranjo da sua envolvente e que existia o problema de ter sido chumbado o projecto de electricidade, em termos de certificação pela CERTIEL, estando feita uma ligação provisória, o que era complicado. No que diz respeito à entrada em funcionamento do Centro, disse que o assunto estava nas mãos da ARS, não tendo a Câmara Municipal nada a opor. Sobre o Centro Cultural da Praia de Mira, disse que o mesmo já podia ter sido aberto e que, após reunião com a respectiva direcção, se tinha concluído que a sua abertura só devia acontecer após a conclusão de todos os trabalhos, designadamente arranjos exteriores, etc. No que respeita à habitação social, disse que era uma área do pelouro da sr<sup>a</sup>. Vereadora prof<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Mesquita que melhor poderia explicar em que ponto se encontrava e sobre a educação, também o assunto poderia ser melhor explicado pelo sr. Vereador do pelouro, Prof. Luis Carlos Balseiro. -----

----- Assim, usou a palavra o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro para dizer que, relativamente à questão apresentada pelo sr. deputado Fernando Alves, a mesma era pertinente e colocava-se não só ao concelho de Mira como a outros concelhos e prendia-se com o reduzido número de alunos, associada, também, a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

alguma falta de condições das escolas do 1º. Ciclo, o que provocava a fuga para outros concelhos vizinhos, na busca de escolas com melhores condições. Informou que tinha sido recebido, na semana anterior, um ofício da DREC, no qual eram colocadas duas questões, uma delas referente à suspensão de escolas do 1º. Ciclo, com menos de 5 alunos, no próximo ano lectivo, querendo informação sobre quais eram as escolas nessas condições, no concelho de Mira e qual era o parecer que a Câmara Municipal dava relativamente a essa questão. Disse que as escolas estavam mais ou menos identificadas e que tinha já havido conversa com responsável da DREC no sentido de que seria no corrente ano que a Câmara Municipal se teria que preparar para a suspensão de algumas escolas, por isso, a Câmara iria aceitar a suspensão de escolas com menos de 5 alunos e estes seriam transportados para outras escolas com melhores condições, desde serviço de almoço e ATL, tentando que houvesse o mínimo de prejuízo para as crianças e respectivas famílias, já que algum prejuízo sempre iriam ter pelo facto de terem que se deslocar das localidades onde residem. Informou também que se estava a pensar na criação de “polos educativos”, começando por identificar zonas e escolas que ofereçam melhores condições, transportando para lá os alunos e fornecer as melhores condições possíveis às crianças do concelho, evitando, assim, a fuga para os concelhos vizinhos e proporcionando aos Encarregados de Educação uma outra tranquilidade que, no momento, reconhecidamente, não tinham. -----

----- Seguiu-se a intervenção da srª. Vereadora Profª. Maria de Lurdes Mesquita para dar explicações relativamente ao assunto da habitação social. Assim, disse que, dos 110 processos de candidaturas que tinham dado entrada na Câmara, tinham sido realizadas 106 visitas domiciliárias pelas Técnicas de Serviço Social, tendo havido 21 desistências e estavam elaborados 85 relatórios, estando 4 processos sem relatório devido a impossibilidade de contactar os candidatos, por indicação incompleta da respectiva morada; que, pensava que estavam reunidas as condições para, durante o mês de Janeiro, se convocar a Comissão de Análise para dar andamento ao processo. O sr. Presidente da Câmara complementou a informação dizendo que a situação dos baldios tinha já sentença final do Supremo Tribunal que tinha concluído que o processo que tinha sido movido à Câmara Municipal não tinha fundamento, o que significava que, sem direito a recurso, todos os terrenos da área florestal eram pertença da Câmara



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal; que, tal sentença dava à Câmara Municipal a possibilidade de ultrapassar aquilo que desde o início vem dizendo na Assembleia que é poder fazer-se o registo dos terrenos dessa mesma área florestal; que, 4 de janeiro seria a data da saída formal dessa sentença, havia depois 10 dias para o trânsito em julgado, pelo que só após essa data e após pedido de certidão da sentença e como se tratava de um artigo único, se poderia tratar do registo desses mesmos terrenos florestais, sem passar pelo processo de usucapião. Antes de acabar a sua intervenção, fez um agradecimento público à pessoa do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, reconhecendo que tudo tinha feito no sentido de que aquela sentença fosse uma realidade.-----

-----O sr. deputado Fernando Alves, usando do direito de resposta, disse que registava com agrado as medidas a tomar relativamente ao problemas das escolas com reduzido número de alunos, mas questionou como seriam feitas as transferências para os centros educativos, uma vez que, tanto quanto sabia, apenas eram permitidas para o local de trabalho dos encarregados de educação ou para a nova residência destes. Para além disso, recomendou que fosse feita a devida publicidade da tomada de posição assumida pela Câmara, para se evitar a fuga de crianças para escolas fora do concelho de Mira. -----

-----O sr. Vereador Prof. Luis Balseiro respondeu que a lei das transferências era perfeitamente clara, no sentido de que só poderia acontecer para o local de trabalho ou mudança de residência dos pais ou encarregados de educação, podendo a mesma ser posta em causa, pela situação excepcional da criação de polos educativos, carecendo a mesma de autorização da Direcção Regional, estando convicto de que essa autorização seria dada, por ser uma situação excepcional, com ganhos substanciais para as crianças; que, todavia, não queria criar muitas expectativas e que, só após a concretização da ideia se faria, obviamente, a necessária publicidade.-----

-----Os trabalhos continuaram com a intervenção do sr. deputado Engº. Tony Ventura que questionou o Executivo relativamente àquilo que estava a ser feito, a nível de publicidade ou promoção do concelho de Mira, tendo em vista a realização do “Euro 2004”, tanto mais que as unidades hoteleiras do concelho estavam já todas preenchidas para essa altura e bom seria que fosse feita alguma divulgação do concelho, tão rico em mata, barrinha, mar, etc. Outra questão que abordou, prendeu-se com a existência ou não de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

alguma evolução do processo de cedência de terrenos da Zona Industrial – polo II. Fez também um reparo relativamente à estrada que vai dos Carapelhos para a estrada nacional, bastante degradada e que, mesmo sabendo-se que a mesma iria sofrer uma grande alteração por virtude da execução do IC, seria bom que fosse feita alguma beneficiação. Falou, ainda, do problema da Zona Industrial – Polo I que tinha graves problemas a nível de saneamento, por este ter estalado e, como se tratava de terrenos de areia, esta estava a entrar para dentro do saneamento e os terrenos estavam a desabar, havendo zonas em que, mesmo os grandes camiões tinham alguma dificuldade em passar, pelo que manifestou interesse em saber se havia alguma solução já pensada para o problema. -----

----- Seguiu-se a intervenção da sr<sup>a</sup>. deputada Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Baião que quis saber o ponto da situação relativamente à Incubadora de Empresas, designadamente se tinha havido alguma evolução, como estava o processo de aquisição de terrenos, a sua infra-estruturação, etc.. -----

----- Interveio, a seguir, o sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Dr. Luis Rocha para perguntar em que ponto se encontrava o concurso para as obras de beneficiação da Escola Primária de Cabeças-Verdes, uma vez que seria bom que as mesmas fossem executadas e concluídas a tempo de, pelo menos, no início do próximo ano lectivo, as aulas poderem decorrer com normalidade. Colocou também uma questão relativa à possibilidade de abastecimento de água a duas ruas da localidade do Seixo, designadamente a Rua da Peixota e a Rua Cónego Zagalo, as quais não estavam ainda servidas de rede de água e eram duas ruas que estavam em pleno desenvolvimento, havendo um conjunto de casas novas a serem construídas e até um abaixo-assinado dos moradores a solicitarem o abastecimento de água. Como último ponto e em nome da bancada do PSD, congratulou-se com a actuação da Câmara Municipal, designadamente do sr. Presidente da Câmara, no tocante às negociações das verbas a incluir em PIDDAC 2004. Disse que tinha havido uma versão inicial do PIDDAC, onde Mira tinha inscritos apenas cerca de 100.000 €, ou seja, 0,2% do total do Distrito e, em boa hora, tinham sido feitas muitas e boas negociações por parte da Câmara Municipal que tinham levado a que Mira no ano de 2004, um ano de fortíssima contenção económica e financeira, a nível de investimentos, conseguisse desbloquear a possibilidade de uma verba de 200.000 € para construção da Extensão de Saúde do Seixo e de uma verba muito



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

substantial para a 2ª. fase da Variante Norte, sendo merecido que o registo ali fosse feito porque se tinha tratado de um esforço assinalável e com bons resultados. -----

-----O sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que o facto das unidades hoteleiras do concelho estarem cheias não era uma novidade e nem sequer era necessário que se realizasse o Euro 2004 para que esses mesmos estabelecimentos estivessem preenchidos, uma vez que tem sido seu apanágio primar pela qualidade, estando as principais, praticamente todo o ano, com uma ocupação acima dos 60%; que, a Câmara Municipal estava atenta e com certeza já todos tinham reparado nos outdoors espalhados pelo concelho que iriam ser modificados ao longo dos próximos meses e também em termos de imprensa havia a intenção de ser mostrado o que de bom há no concelho de Mira, o que já tem acontecido em alguns programas de televisão, designadamente um que passou em directo durante duas horas que mostrou o concelho e as pessoas que não conheciam Mira tinham ficado certamente com uma ideia diferente daquela que era passada para o exterior de que era um concelho parado, sem ideias, o que, não era, de todo verdade; que, para que não restassem dúvidas, queria dirigir uma palavra muito especial à “Confraria dos Nabos” que ao longo do tempo tem mostrado aquilo que é o concelho de Mira, os usos e costumes e não só comer e beber, levando aos diversos pontos do País e mesmo do estrangeiro o nome de Mira, sendo disso nota a geminação desta Confraria com uma outra de Espanha, trabalho esse complementado agora com a publicação do livro do Confrade Silvério Manata, “Contos da Confraria”; que, para além disso, era pretensão de todos que o concelho de Mira fosse conhecido nos mais diversos recantos do mundo e tudo iria ser feito para que Mira fosse cada vez mais conhecida; que, podia ali falar noutro tipo de situação gravíssima, mas era necessária alguma calma, alguma ponderação e saber ouvir porque o concelho em termos turísticos tinha todas as condições para singrar no país mas não se podia pactuar com ilegalidades e irregularidades e, por isso, não havia outro tipo de estruturas hoteleiras no concelho porque o que se pretendia era um tratamento igual para todos os munícipes do concelho, quer eles sejam grandes investidores ou simples munícipes e era isso que estava a ser feito. Relativamente à Zona Industrial Polo II, disse que aquilo que tinha sido dito sobre a habitação social servia precisamente para responder ao sr. deputado Engº. Tony Ventura sobre o Polo II; que, se aguardava a legalização dos





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

terrenos, uma vez que, sendo a mancha florestal um artigo único, se iria tentar que fosse feito um único registo e só a partir daí se passaria à fase seguinte, sendo pretensão da Câmara dar seguimento ao processo, muito embora, por vezes, se possam ter opiniões divergentes mas, no fundo, o que se pretendia era que o Polo II avançasse e com toda a qualidade. Quanto à estrada dos Carapelhos e ao Polo I da Zona Industrial disse que era uma realidade o que tinha sido afirmado, que tinham sido tomadas algumas providências, tendo sido feita alguma reposição do piso mas o trânsito intenso de camiões danificava constantemente o mesmo. Sobre a Escola Primária de Cabeças-Verdes, tinha sido aberto concurso para a sua reformulação e a obra iria ser iniciada brevemente. Quanto às verbas do PIDDAC, disse que era timbre de qualquer Presidente tentar conseguir o máximo possível para o seu concelho, mas que embora se dissesse que iriam ser uma realidade as diversas obras contempladas em PIDDAC não se podia acreditar muito, a menos que houvesse documentação escrita porque o que tem vindo a ser publicado na imprensa local era que estava tudo feito e tudo escrito e podia afirmar que, por exemplo em relação à 2ª. Fase da Variante, havia um protocolo assinado desde 1997 e aquilo que se tinha passado era que a obra não tinha sido feita, portanto se devia falar sempre com algumas reserva, não desacreditando, contudo, o Poder Central e, pessoalmente, tinha sempre algumas reservas, mesmo com documentos escritos, relativamente às obras previstas em PIDDAC; que, isso era bem visível relativamente à variante de Mira – 2ª. Fase em que havia papel assinado do IEP, do Secretário de Estado e aquando da inscrição dessas mesmas verbas em PIDDAC elas não apareceram; que, posteriormente, tinham sido feitos alguns esforços, foram realizadas algumas reuniões e aquilo que podia dizer era que tinha uma comunicação do Secretário de Estado relativamente a essas mesmas verbas do PIDDAC que iria entregar a todos os senhores deputados para que ficassem conhecedores dessa informação; que, todo o Executivo estava imbuído do mesmo espírito, na tentativa de se fazer sempre o melhor para o concelho, mas que nem sempre esses objectivos eram alcançados; que, havia a informação de que a revisão do projecto da Variante estaria pronta em Março e que, após concurso, haveria a possibilidade de, no final do ano, a obra estar no terreno mas era como o S.Tomé, “ver para crer” e como já tinha sido dita tanta coisa sobre obras que se fazem em Mira não queria dizer nada para depois falhar, tanto mais que aquela era uma obra do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Governo Central; que, achava que mais não deveria dizer, a menos que fosse questionado porque para além dessas verbas que tinham sido colocadas em PIDDAC podia dizer que também existiam verbas para o IC12, em que existia estudo para impacte ambiental do troço entre Mira e Santa Comba Dão, para a construção e reconstrução dos esporões na Praia de Mira, a A-17, a qual não tinha, sequer, traçado definido para o concelho de Mira e ainda para a reformulação e requalificação de todo o piso da EN 109; que, no anterior Executivo o sr. Eng<sup>o</sup>. Cravo Roxo, então Vereador, tinha feito o levantamento do trânsito da EN 109, referindo que a A-17 não era variante mas sim auto-estrada e que o trânsito desembocaria todo na EN 109; que, quanto a isso, ninguém dava nenhuma novidade porque tinham alertado para essa situação. -----

-----O sr. Vereador Prof. Luis Balseiro interveio e disse que, relativamente à água da rede pública para as duas ruas que tinham sido referidas, na localidade do Seixo, tinha a informação dos serviços de que, face à planificação do trabalho programado, iria ser uma realidade no 1<sup>o</sup>. trimestre do próximo ano; que, tinham também sido substituídas as condutas no Cabeço, na estrada que ligava à Presa, prevendo-se a ligação à rede no início do próximo mês. -----

-----No tocante à questão posta relativamente à incubadora, o sr. Vice-Presidente da Câmara, Vereador Nelson Maltez informou que a Direcção Regional de Economia do Centro tinha dado conhecimento ao Conselho de Administração da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque de que tinha sido homologado pelo sr. Ministro da Economia o projecto da Incubadora, com um montante de investimento elegível de 4. 016.724 € e que o incentivo dado pelo Ministério da Economia era de três milhões de euros; que, como todos sabiam, a Incubadora pertencia a uma associação da qual a Câmara Municipal de Mira era parte integrante, a Câmara estava obrigada à entrega de cinco hectares de terreno infra-estruturado, à volta da incubadora, porque era com o valor desses terrenos que se iria financiar o resto do projecto; que, a Câmara Municipal tinha essa área comprada, o terreno da Incubadora já existia e nada impedia que ela fosse construída; que, havia algumas dificuldades de negociação porque havia pessoas que estavam a pedir montantes exorbitantes mas nada era impeditivo de que a Incubadora avançasse, até porque a garantia do montante que restava era assegurada através da contracção de empréstimo que iria ter como



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

garantia os terrenos que a Câmara de Cantanhede já entregou à Associação Beira Atlântico Parque; que, a Câmara de Mira estava também interessada em fazer a entrega da sua parte porque a participação na associação e a influência que se tinha nela dependia da participação que se tinha e, obviamente, interessava ficar numa situação paritária à de Cantanhede e não, por exemplo, à de Vagos, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga ou Anadia; que, paralelamente, podia adiantar que a Câmara de Cantanhede tinha avançado com um projecto para além do Parque Tecnológico do Beira Atlântico que a Câmara Municipal de Mira entendia que a zona à volta da Incubadora devia ser um Parque Tecnológico, seguido de um Parque de Negócios; que, havia instituições universitárias interessadas nesse Parque, designadamente a Universidade de Aveiro, sendo aquele um vector fundamental do desenvolvimento do concelho de Mira. -

-----O sr. deputado prof. Luis Lourenço interveio para deixar uma pequena nota, relativamente à intempérie que tinha assolado o concelho de Mira. Disse que, se por vezes, as pessoas eram demasiado críticas com as instituições e as pessoas que nelas trabalham, também deviam reconhecer o trabalho que as mesmas desenvolviam e o melhor que davam de si, em prol do bem comum. Lembrou que se tratou de um acidente aparatoso que tinha sido noticiado nos órgãos de comunicação social e até manchete de alguns jornais, felizmente sem consequências demasiado graves, apenas estragos materiais, sem danos físicos relevantes nos munícipes e quis deixar expresso um “bem haja”, nomeadamente aos serviços da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e também aos Bombeiros, pela celeridade com que procederem ao socorro das vítimas e limpeza de destroços que tinham ficado junto ao Centro Cívico. -----

-----Registou-se a interferência do sr. deputado Dr. Juan António que resumiu a sua intervenção a um único ponto porque alguns assuntos que pretendia abordar, tinham já sido citados por alguns colegas. Assim, levantou a questão da empreitada da ponte da Vala das Canas, mais conhecida por ponte do Cabo do Mar, querendo saber qual era o ponto da situação da obra. Disse, também, que tinha agora verificado a referência a esse assunto no relatório dos serviços distribuído a todos os elementos da Assembleia e, uma vez mais, fez um reparo no sentido daqueles relatórios serem distribuídos com alguma antecedência relativamente à data da reunião, o mesmo se passando com o relatório da situação financeira da Autarquia. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Dr. Balugas que começou por se congratular com a presença do sr. Presidente da Câmara naquela Assembleia, porquanto, ultimamente, tal não se tinha verificado e, como se via, não era assim tão difícil, desde que a lição viesse estudada e houvesse coordenação com os deputados da respectiva bancada, tudo corria normalmente e até tinham sido ali ouvidas algumas coisas agradáveis. Congratulou-se, também, com a limpeza do canal de Mira e com a hipótese de limpeza da Barrinha. A esse respeito, disse que seria bom implementar algumas medidas, imediatas ou a longo prazo, nomeadamente a pesca à chincha e ao faite que eram modalidades de pesca centenárias, que sempre tinham sido praticadas na Barrinha e tinham sido proibidas há uns anos, o que só prejudicou aquele lago e achava que seria uma medida a implementar, embora se recomendasse um tempo de defesa, na altura da desova das espécies. Falou, depois do problema da ETAR norte e disse que não tinha dúvidas nenhuma em afirmar que se tratava do maior atentado ambiental, jamais perpetrado no concelho de Mira; que, a culpa não era do actual Executivo, ou apenas do actual Executivo, tais coisas nunca eram apenas culpa de uma única pessoa ou de alguém e, no caso em apreço, a estação de tratamento tinha cerca de 20 anos e a manutenção deve ter sido quase nula; que, tinha verificado que existiam portas de ferro, totalmente corroídas pela aragem do mar, das quais apenas restavam os aros; que, repetiu, o problema não era só culpa do actual Executivo, mas era agora que o problema surgia com mais acuidade e tinha que ser apresentado; que, havia escorrências, a céu aberto, para as dunas, para o canal de Mira, com infiltrações nas linhas de água, sendo um autêntico atentado ao ambiente e à saúde pública também. Relativamente ao assunto já falado da inauguração do Centro de Saúde da Praia de Mira, perguntou se já estava acautelada a estação de bombagem que estava junto ao edifício ou ir-se-ia inaugurar o mesmo com os maus cheiros mesmo ali à beira? Depois, disse que o sr. Presidente da Câmara vinha para os jornais com entrevistas de fundo a falar das suas obras e aquilo que vai fazer e não achava mal, antes pelo contrário, devia informar os munícipes e já devia ter feito isso relativamente às duas obras em execução à entrada da Praia de Mira, em que as pessoas se questionavam relativamente aos atrasos verificados e pensava que não seria de todo descabido que o sr. Presidente viesse a público esclarecer os munícipes. Relativamente aos terrenos da Videira Norte, lembrou que tinha sido dito por representantes



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

do actual Executivo que o processo estava todo gatado, todo baralhado, tendo o anterior Executivo deixado aquilo cheio de problemas que não se conseguiam resolver e, afinal, tinha sido tudo resolvido, os tribunais tinham decidido e as coisas iam avançar normalmente mas não tinha sido este Executivo que tinha resolvido o problema, tinha sido o Tribunal. Finalmente e relativamente ao PIDDAC, disse que também se congratulava com o esforço levado a cabo pelo sr. Presidente da Câmara, passando de vinte mil para quarenta mil contos mas não se podia querer que o Pai Natal partisse as pernas à porta de uns para deixar as prendas todas e não distribuir nada pelos outros; que o PIDDAC em 2001 tinha sido de 600.000 contos e ninguém ali se tinha congratulado; que, era, de facto, um esforço de louvar mas muito insuficiente. -----

----- De novo, usou da palavra o representante do Executivo para perguntar, no que respeita ao último assunto introduzido pelo sr. deputado Dr. Balugas, no sentido de que a Assembleia não se tinha congratulado com o PIDDAC de 2001, no montante de seiscentos mil contos, quanto desse dinheiro tinha sido gasto em Mira? Que, tinha tido o cuidado de dizer, aquando da distribuição do documento proveniente da Secretaria de Estado das Obras Públicas, que uma coisa era aquilo que se dizia e outra era aquilo que se fazia e se fosse a acreditar naquilo que os governantes diziam, sempre podia afirmar que iria ser uma realidade a Extensão de Saúde do Seixo e a 2ª. fase da Variante de Mira mas tinha tido o cuidado de dizer que só acreditava ao ver, como o S. Tomé e por isso não tinha dito que as verbas do PIDDAC seriam uma realidade e começando exactamente pelas verbas referidas, de 600.000 contos, não sabia onde estavam. Quanto aos terrenos da Videira Norte, disse que o que sempre tinha sido afirmado por este Executivo era que não se poderia avançar com o processo da habitação social porque não se conseguia fazer o registo dos terrenos, podendo só agora a Câmara eventualmente fazer o registo, uma vez que existia já a sentença do Tribunal; que, não entendia o porquê de se estar sempre a questionar e o que mais queria era resolver as situações o mais rapidamente possível; que, não havia necessidade de se ter as infraestruturas prontas e não se passarem para quem delas precisava e por isso existia já o estudo social para se poder avançar o mais rapidamente possível, só que ninguém podia transmitir o que não era seu. Relativamente à ETAR da Praia de Mira, disse que concordava com aquilo que tinha sido dito e que era



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

uma situação muito complicada e o Executivo tudo fará para resolver a situação. Sobre a existência de estação elevatória junto ao edifício do novo Centro de Saúde da Praia de Mira, que era um atentado à saúde pública, disse que o assunto não era nenhuma novidade para si, até porque, ele próprio, na devida altura e aquando da apresentação do projecto para aquela área, tinha levantado o problema da estação elevatória, como também o da existência do Mercado Municipal tendo manifestado a sua opinião no sentido do Centro de Saúde não ser construído naquele local. No atinente à Barrinha, concordou que deveriam ser restabelecidas certas modalidades de pesca, as quais poderiam até servir para restabelecer uma certa ligação entre as pessoas e entre aquilo que era artesanal e que deveria ser preservado e que poderia até constituir uma mostra para o exterior, bastante interessante. Como último ponto, falou das suas ausências às sessões da Assembleia Municipal e disse que as mesmas ficavam a dever-se a factores como a doença ou motivos de força maior; que, tudo o que dizia era suportado em documentação e que tinha à disposição todos os dossiers e estava pronto a responder a qualquer questão, sem querer esconder nada. Mais, que, em termos de substituição ou em termos de Câmara Municipal, qualquer Vereador estava à vontade e tinha a liberdade suficiente para responder a qualquer deputado porque todos eles, embora muitas vezes com pensamentos diferentes, podiam dar resposta a qualquer assunto, sem qualquer rodeio e neles depositava total confiança. Relativamente às empreitadas em curso na Praia de Mira, disse que bem entendia a preocupação das pessoas mas que também já tinha dito e continuava a dizer que não tinha qualquer problema em recuar ou modificar as suas decisões se se sentisse enganado e que, no tocante à ponte do Cabo do Mar, o concurso respectivo já tinha sido anulado por duas vezes; que, o trânsito, neste momento, fazia-se normalmente nos dois sentidos e que nunca permitirá, enquanto for Presidente da Câmara, que alguém, seja ele dos maiores empresários ou dos maiores construtores, que venha tentar impingir preços que se sabe, à partida, que são o dobro ou o triplo daquilo que é normalmente praticado e, por isso, assumia que, ou se fazia a obra a preços normais e correntes do mercado ou o concurso iria ser anulado até se chegar a um preço correcto e que não podia permitir que a demolição do que existia pudesse custar mais do que a construção do pavimento e por isso, se não houvesse passagem para a Praia de Mira as coisas seriam diferentes mas tendo essa passagem definida



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

entendia que podia “esticar a corda”. Quanto à passagem inferior do percurso pedonal, disse que entendia que deveria ser dada uma palavra de congratulação ao autor do projecto, o Engº. Rui Silva, bem como ao construtor que, no mínimo espaço de tempo, tinha colocado as duas vias de passagem no referido túnel; que, as obras eram sempre desagradáveis para as pessoas, como era o caso das obras de saneamento que, no inverno geravam a lama e no verão as pessoas queixavam-se do pó mas o Executivo iria tentar de alguma maneira cumprir o que tinha prometido ao eleitorado e iria tentar fazer obras e fazer com que as pessoas não se sentissem prejudicadas, mesmo sabendo que sempre existiam críticas mas só aceitava as críticas construtivas.-----

-----O deputado sr. Dr. Luis Rocha, usou o direito de resposta para intervir e disse que a memória dos homens, às vezes, era muito má; que, o sr. Dr. Balugas bem sabia, porque tinha feito parte da Assembleia Municipal no mandato anterior, que ele sempre tinha visto com alguma isenção as questões do desenvolvimento de Mira, independentemente de quem estava na Câmara e sempre tinha elogiado durante o anterior mandato, do PS, sempre que achou que devia elogiar e também tinha feito reparos quando entendeu que os devia fazer e que não aceitava lições fossem elas de que ordem fossem porque sempre tinha sido e pretendia continuar a ser isento a todos esses níveis.-----

-----O deputado sr. Dr. Balugas disse que achava normal que a oposição criticasse as obras, como o sr. Presidente também tinha afirmado anteriormente que tinha criticado algumas obras do anterior Executivo que, certamente, daria as mesmas desculpas no sentido de que as obras tinham que ser executadas, independentemente de serem boas ou más e de causarem ou não transtornos; que, o sr. Presidente tomava as suas opções e fazia as obras que entendia e estava no seu direito de assim agir e quanto a isso ninguém tinha dúvidas, mas que havia um trabalho a ser feito por parte da oposição e tinha que ser aceite. Quanto à intervenção do Dr. Luis Rocha, disse que lhe dava razão em tudo, apenas tinha achado algo exagerado porque se se tinha passado de vinte mil contos para quarenta mil contos, não achava que fosse o fim do mundo para que houvesse uma congratulação tão grande e uma tomada de posição tão forte.-----

-----O sr. Presidente da Câmara interveio outra vez para rectificar que a verba do PIDDAC não era de vinte nem de quarenta mil contos; que, havia uma verba de 200.000 € destinada ao Centro de Saúde do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Seixo e a verba do IEP, em PIDDAC, para a Variante rondava os quatrocentos mil contos e mais uma vez frisou que uma coisa era o que estava escrito e outra era aquilo que os governantes faziam. -----

----- Estando inscrito para falar, interveio o sr. deputado João Luis Pinho que lamentou o estado em que se encontrava a estrada na Lagoa, constituindo um perigo, não só para os transeuntes que tinham que circular pela estrada porque não havia passeios, como também para os próprios automobilistas que se viam obrigados a passar por cima de terrenos particulares e era muito complicado; que, algo mais deveria ser feito, sobretudo no que dizia respeito às pessoas que por ali circulavam, numa zona central, onde existiam muitos estabelecimentos como cafés e tabernas e o acesso era difícil e as pessoas da Lagoa e também do concelho mereciam mais. Seguidamente, fez um advertência para o facto de ter subido o preço da água e, sobretudo na Lagoa, a sua qualidade estar cada vez pior, o que era lamentável. Por último, lastimou-se pela existência de um vazadouro de entulho nas proximidades do acesso aos moinhos da Lagoa, no prolongamento da Rua das Pedregueiras, o que era vergonhoso; que, tinha chegado ao seu conhecimento, não sabendo se era verdade ou não, porque não tinha visto, que eram os próprios camiões da Câmara Municipal que ali faziam descarga; que, se tratava de uma zona entre vários cursos de água, onde muitas pessoas passavam, com parques infantis por perto e não devia ser feita ali descarga de entulhos. -----

----- O sr. deputado Narciso Patrão pediu a palavra para dizer que se falava muito no túnel da pista ciclo-pedonal e que as pessoas perguntavam se seria preciso um escafandro, por isso tinha-se deslocado ao local para apreciar a obra e deparou-se com cinco motores a funcionar, do lado esquerdo e do lado direito mais 3 motores a tirar água para a vala o que lhe levava a crer que, de futuro, teria que estar permanentemente a ser tirada a água por motores e que gostaria de saber, em pormenor, quanto tinha custado a obra, quanto tinha custado o projecto, a mão-de-obra e o material; que, poderiam sempre dizer que era uma obra subsidiada mas essa comparticipação não iria, certamente, além dos 80% e queria saber se não existiria maneira de fazer uma obra mais barata, que custasse menos ao erário público e aos contribuintes. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O sr. Presidente da Câmara fez uma análise da obra da estrada 334, dizendo que era uma obra que o actual Executivo teria que terminar porque os anteriores não tinham conseguido, embora tivesse sido assinado um contrato com a JAE que definia que a construção da referida via importava num custo total de 268. 579.853\$00, comparticipada pelo FEDER em 201.434.890\$00, pela JAE em 49.955.853\$00 e pela Câmara em 17.189110\$00, valores esses que constam do auto de recepção provisória da obra e que provam ter sido um “excelente” negócio feito pelo anterior Executivo, mas quem tinha que a complementar e gastar o dinheiro era o actual Executivo que preferia que tivessem sido os anteriores a fazê-lo porque demonstravam que tinham negociado bem com a JAE e não haveria necessidade da população da Lagoa estar a sofrer mais uma vez por se estarem a executar obras; que, relativamente a este tipo de negócio, também poderia apontar o da Variante – 1ª. Fase, em que a obra custava 90.000 contos e pagava-se de expropriações mais de 300.000; que, tudo isto eram negócios que estavam escritos e não se conseguiam ultrapassar e gostaria de o fazer porque seriam verbas que entrariam no concelho e não tinha tido pejo nenhum em dizer aos governantes que, por acaso, até eram do seu lado e tinham roubado a Autarquia de Mira em milhares de contos e aquilo que estava a ser feito era defender a Autarquia; que, a obra era para estar feita há muito tempo mas não estava ainda pronta e o actual Executivo ia acabá-la, embora não fosse com a celeridade pretendida mas, com certeza, estaria completa nos primeiros 3 meses do ano; que, realmente, as pessoas mereciam mais, pelo menos mais verdade e mereciam que não fosse feita tanta política e, quem o conhece sabe bem, nunca tinha feito esse tipo de política nem iria fazer e aquilo que dizia na Assembleia, dizia na rua, nos jornais e na televisão ou onde quer que seja, porque quando falava, falava sempre com documentos à vista; que, achava que a política tinha sempre que ser feita com verdade e podiam sempre contar com ele quando a política era feita de verdade mas não contassem com ele quando a política era feita de mentiras. -----

-----Para responder ao deputado sr. Narciso Patrão no tocante à questão do túnel, o sr. Vereador Nelson Maltez disse que aquela obra, em primeiro lugar, não era uma obra desgarrada, era uma obra que aparecia no contexto das negociações do programa “Ecomira”, numa parceria entre a Câmara Municipal e a DRAOT; que, a DRAOT tinha referenciado a necessidade de segurança naquela passagem de ciclistas,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

como condição para ser assegurado o financiamento; que, a empreitada tinha custado 74.421.70 € e era financiada em 75%, sendo estes os valores exactos; que, para além da opção que tinha sido tomada, outras tinham sido equacionadas, como uma passagem superior ou semáforos, mas ambas se tinham demonstrado menos apropriadas. No tocante às bombas de tiragem de águas, disse que, por se tratar de terreno arenoso e nas proximidades de uma vala, para que a obra pudesse ser levada a cabo, tinha sido baixado o nível freático e que os técnicos garantiam o isolamento total da pista, embora pudesse acontecer que, em tempos de chuva ela lá chegasse, o que era natural, porque também chegava à estrada mas existiam lá um fosso e uma bomba para retirar a água mas que, em circunstâncias normais, a obra estava suficientemente isolada para não necessitar de bombas em permanência a tirar água. Disse, ainda que, além da passagem inferior, o programa “Ecomira” previa, ainda, uma circular interna à Praia de Mira, a requalificação do lago do mar, intervenção no Parque de Campismo e no Bairro Norte.-----

-----Relativamente ao problema da qualidade da água da rede a que aludiu o sr. deputado João Luis Pinho, o sr. Presidente da Câmara disse que no Plano Plurianual de Investimentos estava já previsto investimento nessa área, designadamente a substituição de condutas e que, para já, mesmo com as condutas existentes, se estava a tentar fazer uma limpeza das mesmas e junto à Lagoa estavam a ser reformulados os filtros, na tentativa de melhorar a qualidade da água. Sobre o depósito de entulho nas Pedregueiras, disse que sabia da existência de algumas fotografias relativas ao assunto, pelo que não era novidade, sendo, sim, novidade, dizer-se que o mesmo era descarregado por funcionários da Câmara e que o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro tinha tomado nota e iria averiguar no sentido de chamar à atenção e punir os responsáveis.-----

-----O sr. deputado João Luis Pinho dirigiu-se ao sr. Presidente da Câmara dizendo que estavam num órgão democrático e, como tal, não se iria calar, enquanto as coisas não estivessem feitas; que, no que respeita ao problema da água, tentar apenas não chegava e quando eram aumentados os preços tinha que ser dado algo em troca; que, as fontes do concelho começavam a ficar inquinadas e se a água da rede não era boa era muito complicado.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Narciso Patrão complementou as afirmações do sr. Vereador Nelson dizendo que a sua questão tinha sido feita no sentido de saber quanto a obra tinha custado na realidade e não por quanto tinha sido orçada, porque esse não era o custo final e era interessante que um dia essa contabilidade fosse feita e fossem apresentadas as contas exactas para se saber em quanto tinha ficado a obra. -----

----- O sr. Vereador Nelson Maltez retorquiu que os valores que tinha referido eram exactamente aqueles pelos quais a obra tinha sido empreitada; que, a empresa adjudicatária tinha sub-empreitado a obra, não tendo a Câmara qualquer interferência nisso, não havia trabalhos a mais e, como tal, o custo da obra era aquele mesmo, não podia ser dado outro e não era o orçado era o contratado com a empresa e que o financiamento era de 75%, mediante a facturação apresentada e mediante a empreitada e não existiam outros números. -----

----- Terminadas as inscrições para intervenções no período de “antes da ordem do dia”, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi participado ao plenário que tinha sido publicado recentemente pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro um estudo interessantíssimo sobre genética, pelo que propôs à Assembleia a aprovação de um voto de congratulação. Assim, foi aprovado por unanimidade e seguido de um forte aplauso, com a associação do sr. Presidente da Câmara, um voto de congratulação ao sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro que, penhoradamente, agradeceu o gesto. -----

----- Seguidamente, verificou-se um intervalo, pelas 16:30 horas, tendo-se reiniciado os trabalhos, cerca das 17:00 horas. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia.** -----

----- Antes ainda de ser dada a oportunidade ao sr. Presidente da Câmara de explanar o ponto, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi dado conhecimento de um ofício do IGAT relativo ao problema das terrenos da Cooperativa Agrícola Mirense, assunto este já tratado em sessões anteriores. Disse que o que era pretendido era que a Assembleia Municipal informasse se aquilo que era pretendido era um parecer jurídico ou uma intervenção tutelar e deu conhecimento de que o mesmo tinha sido remetido à



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

comissão designada, composta pelos senhores deputados Dr. Rocha Castelhana, sr. Narciso Patrão, Eng.º Virgílio Cravo Roxo e Dr. Juan António Apolinário. -----

----- Seguiu-se a exposição do sr. Presidente da Câmara, que informou que o Resumo Diário de Tesouraria do dia 23 de Dezembro corrente registava em operações orçamentais a verba de 1.074.136,28 € (um milhão, setenta e quatro mil, cento e trinta e seis euros e vinte e oito cêntimos). Acrescentou que o documento tinha sido distribuído a todos e desta vez estava complementado de um relatório da situação financeira da Autarquia que, embora de parca informação, era já algo mais do que até ali tinha sido apresentado e que, no futuro, iriam ser envidados esforços no sentido de o melhorar, por forma a ser mais completo e esclarecedor e também tentar-se-ia fazer distribuição do mesmo com mais antecedência em relação à data da sessão, para melhor poder ser analisado. -----

----- A deputada Prof.ª Maria Elzita Seixas congratulou-se pelo relatório apenso ao Resumo Diário de Tesouraria, lamentando, todavia, que o mesmo tivesse sido entregue muito em cima da hora, uma vez que aquilo que era pretendido era que fosse entregue com alguma antecedência, de modo a possibilitar uma melhor análise do seu conteúdo. -----

----- **PONTO DOIS: Análise, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2004 e actividades mais relevantes:**-----

----- **PONTO TRÊS : Análise, discussão e votação do orçamento do ano de 2004:**-----

----- Por sugestão do sr. Presidente da Mesa da Assembleia foram os assuntos supra indicados analisados e discutidos em simultâneo, tendo a respectiva votação sido feita separadamente, como adiante se refere. -

----- Assim, verificou-se, em primeiro lugar, a intervenção do sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro que, antes de mais, se dirigiu a todos para agradecer o gesto manifestado para consigo, momentos antes. Disse que, “quem faz o que pode, faz o que deve” e que entendia que no lugar que cada um ocupava, todos se esforçavam e o esforço de cada um não era mais meritório por ser feito a nível universitário ou como servidor de uma instituição, fosse ela qual fosse; que, o que era preciso era que cada um o fizesse na plena assunção das suas funções e ao limite a que era possível fazê-lo, dentro da sua especialidade, dentro daquilo que a sociedade esperava de cada um e das suas capacidades; que, era muito agradável



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

quando se podia concretizar um projecto como aquele seu, que tinha demorado alguns anos, porque desde a sua concepção até à sua execução ia um grande trabalho, um grande esforço e uma grande dedicação e era, sobretudo agradável, vê-lo reconhecido num areópago como aquele em que estava inserido e mais particularmente quando o elogio vinha de amigos gandraeses como todos eram. Deixou, depois, os seus votos de continuação de boas festas e desejo de um bom ano de 2004 para todos e que um Santo Natal fosse o prenúncio de um Santo Ano de 2004. Agradeceu, igualmente, o convite para o jantar-convívio a ter lugar na noite daquele dia, com a presença dos elementos da digníssima Câmara e também da Assembleia Municipal e apresentou as suas desculpas por não poder estar presente, por razões de compromisso previamente assumido. Mesmo assim, desejou que a confraternização fosse alegre e que, no encontro à volta de uma mesa as trocas de ideias e o confronto de ideais pudesse, também ele, ser salutar, para fazer correcção, para um e para outro lado, de trajectos ou pontos de vista. Relativamente ao assunto em apreço, designadamente o plano plurianual e o orçamento para o ano de 2004, quis deixar uma palavra de congratulação ao Executivo pela forma como tinha sido feita a apresentação do relatório do plano de actividades de 2004, de uma forma objectiva, podendo discordar num ou noutra ponto, na formulação que lhe era dada mas, em qualquer circunstância, era um avanço, era uma forma diferente de fazer a sua apresentação e isso devia ser ali registado, até porque ia ao encontro das sugestões que tinham sido dadas. Disse que não se identificava com algumas das opções políticas tomadas mas, em qualquer circunstância, gostaria de chamar à atenção para alguns aspectos que passou a referir, respeitando, naturalmente, a natureza política das opções tomadas e o pensamento que têm de que será a melhor forma de servir a população de Mira; que, achava a intenção boa mas o estilo um pouco perfunctório; que, se dizia que era fácil planear quando os recursos abundavam mas, na verdade, os recursos nunca abundavam e planear era sempre difícil; que, quando os recursos eram poucos a responsabilidade era mais pequena, no sentido de que era sempre mais fácil justificar o não se fazer isto ou aquilo, face às dificuldades financeiras, às questões orçamentais do Estado, etc., sendo por isso fácil justificar-se politicamente perante a população; que, a propósito do que era referido na página 4 do Relatório do Plano de Actividades 2004, que "...a Câmara Municipal irá intervir um pouco por todo o lado...", achava que não era forma de dizer as coisas,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

devido procurar-se ser mais objectivo, não sendo adepto de que se façam intervenções por todo o lado mas antes sectoriais, bem determinadas, que cumpram objectivos e que sejam essenciais e que em cada ano se faça pouco mas se faça bem e que se veja no futuro; que, era bom que se gastasse o pouco que se tinha e reconhecia que as contingências sob o ponto de vista financeiro eram difíceis, o momento económico ainda tem sido tornado mais difícil pelas opções políticas tomadas pelo governo central, em termos de finanças, mas era assim que se tinha que viver e deviam ser aplicadas as verbas em boas obras, visíveis, consistentes e com futuro e não um pouco por toda a parte; que, não havia necessidade de, ao fim de dois anos, se continuar a falar em “herança obsoleta a todos os níveis”, porque, ao fim de dois anos já se estava em condições de também deixar herança, porque já só tinham mais dois para inverter o obsoleto da situação que tinha sido herdada, portanto achava que não era forma de se continuar a mandar areia para os olhos dos cidadãos Mirenses; que, também era referido no relatório que a situação só não configurava uma situação de catástrofe devido ao profissionalismo dos seus funcionários, mas o catastrofismo servia para, durante alguns meses, justificar muita inépcia e muita adaptação, mas ao fim de dois anos já não; que, na página 7 era referida a opção de construção do novo edifício da Câmara, opção essa com a qual não concordava, embora a respeitasse, mas não se deveria dizer que a remodelação do edifício actual o descaracterizava, porque podia perfeitamente ser recuperado internamente sem ser descaracterizado; que, a recuperação do edifício para as funções primordiais para que tinha sido desenhado, adaptando-o ao tempo, não o descaracterizava mas valorizava-o e recuperava-o aos olhos da população, ao contrário daquilo que era dito; que também não entendia que se dissesse que o novo edifício iria gerar mais receitas, reconhecendo, todavia, que iria potenciar melhor os recursos humanos e técnicos e melhor agilizar os canais de comunicação e aí certamente iria haver ganhos funcionais mas que não lhe dissessem que a manutenção do novo edifício era mais barata que a do existente porque a sua experiência dizia-lhe precisamente o contrário, isto é, os custos de gestão de um novo edifício não eram mais baratos do que os da gestão do actual. Reportou-se, depois ao PIDDAC e à média de capitação a nível nacional, dizendo que esta era de 566.00 €, o que daria para Mira mais de 6 milhões de euros e era nisso que se devia investir e a Assembleia deveria fazer um protesto contra o PIDDAC e contra a forma como Mira estava a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

ser discriminada, até mesmo a nível do distrito, onde a média, per capita, era de 387.00 €, o que dava para o concelho mais de 4 milhões de euros e o que estava em causa era o peso político e os projectos que eram apresentados e a iniciativa de propor obras, em tempo útil, o que não tinha sido feito no concelho de Mira e dois anos eram suficientes para ter sido feito, portanto que não fossem alijadas responsabilidades; que, não queria, contudo, dizer que não tinham trabalhado mas isso não tinha sido feito e, se tinha sido, tinha sido em condições que não tinha sido considerado e que, no pouco que pudesse fazer, se em algum momento entendessem que pudesse fazer alguma coisa, estavam à vontade para recorrer à sua pessoa porque, seguramente, que não eram as diferenças que ali estava a explicar que o iriam inibir de correr ao lado para ir buscar o que fosse possível para o bem do concelho, como, seguramente, dos que ali estavam, ninguém se negaria a fazê-lo; que, era necessário juntar forças e confessava que nunca lhe tinham pedido nada, como talvez também nunca tinham pedido aos restantes colegas e, se calhar, até nem podiam fazer nada mas que, se num determinado momento isso fosse possível e desejável que lhe pedissem que estaria à disposição; que, era preciso criar força e dizer ao poder central que existiam projectos e existia ambição e ela era essencial mas só por si não chegava a lado nenhum, era preciso concretizá-la, que era preciso compromisso mas também acção e era necessário, por vezes, tornar-se incómodo para que alguma coisa seja conseguida; que, também se falava no relatório em emprego, educação e turismo e justificava-se a dificuldade na fuga da indústria tradicional para os países de leste e para os países asiáticos e achava que não, que a indústria tradicional, o artesanato, não fugiam e era com eles que nos devíamos afirmar porque a nossa cultura afirmava-se através do que era tradicional e o que fugia eram as outras indústrias de oportunidade que usavam a mão-de-obra mais barata e a produção intensiva. Por último, deixou os parabéns pela incubadora de empresas, integrada no financiamento para o Beira Atlântico Parque e disse que era um ganho significativo que poderia trazer aquele acréscimo, aquele suplemento e à volta dele criar uma cultura de inovação e de desenvolvimento contemporâneo. Relativamente ao turismo de qualidade, disse que duvidava que aquele projecto o servisse e apontou para a rubrica 08 do orçamento que continha 96 mil euros, sendo 72.900 € destinados a remunerações e pouco ficava para investimento naquela área e se se queria fazer turismo de qualidade tinham que ser criados alojamentos, porque a oferta



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

existente era baixa e de qualidade média baixa, mal sinalizada, difícil de encontrar e não atraía movimentos turísticos e havia necessidade de cativar investidores turísticos para o concelho e fazer-lhes crer que Mira vale a pena e é uma boa aposta porque tem bons acessos rodoviários, está no centro, tem uma boa ligação a Madrid e à Europa; que, não era com o investimento previsto que se iria ter bons alojamentos e ocupação de tempos livres; que, se tinha que olhar para o campismo com muito cuidado e valorizá-lo mas não se podia ficar pelo Parque de Campismo se se queria renovar o turismo e ter turismo de qualidade no concelho; que, era possível reabilitar iniciativas turísticas para apelarem à vinda de pessoas fora do Verão mas, para tal, era necessário fazer campanhas publicitárias, sustentadas e trabalhadas pelas agências de turismo, mas que isso não seria possível com o orçamento proposto, o mesmo se passando relativamente ao desporto em que, num orçamento de 18 milhões de euros ficava para investimento no desporto apenas cerca de 230 mil € e que o desporto atraía muita gente e não bastava a simpatia, era necessário haver uma oferta válida que atraísse as pessoas e, da forma proposta, não iria ser possível gerar massas, fluxos de pessoas que visitem o concelho e mais, que o desporto era uma estratégia para criar riqueza e não uma perda, assim como a cultura, que devia ser mais intensificada. No campo da cultura, perguntou o que tinha sido feito para substituir as “Jornadas da Gândara”, que alternativa tinha sido criada, tão válida ou mais válida ainda; que, Mira tinha estado por diversas vezes no centro do debate, tinham estado em Mira gentes de diversas procedências que tinham discutido o concelho e isso era uma verdade inegável e isso deveria ter tido continuidade e não tinha tido e era preciso promoção e boa publicidade do concelho. Perguntou, também para quando o parque desportivo de Mira e na rubrica 03.01 – viadutos, arruamentos e obras complementares- estavam inscritos quatro milhões, trezentos e dezoito mil euros, o que era muito dinheiro e esperava que fosse bem aplicado, sobretudo que os viadutos e arruamentos fossem bem estruturados. A finalizar, deixou, a par de uma palavra de louvor e da congratulação por alguns dos aspectos contidos nos documentos em apreço, algumas notas dizendo, designadamente, que quando se falava em desenvolvimento e actualização de recursos, se falava muito em meios informáticos e estes não resolviam nada, por vezes até dificultavam, quando não eram geridos com formação humana prévia, sendo necessário apostar nas pessoas e criar condições para que as pessoas





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

usassem esses meios informáticos e não o contrário, implementar primeiro os meios informáticos porque para isso havia dinheiro e, muitas vezes caía-se até no ridículo de ter meios informáticos encaixotados que acabavam por perder a validade e nunca eram usados nem minimamente valorizados. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Dr. José Balugas que realçou que eram momentos como o que tinha antecedido que faziam valer a pena vir às sessões da Assembleia, em que quase se ficava sem palavras depois de uma intervenção daquela envergadura. Ainda assim, mesmo pouco mais lhe restando do que repetir um pouco o que tinha sido dito pelo sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro, não quis deixar de registar que a forma como o orçamento tinha sido apresentado tinha tido melhorias substanciais e isso a todos devia regozijar, no entanto, disse que, apesar de concordar com a forma, discordava do conteúdo; que, tinha sido dito que o orçamento estava empolado e ele achava-o empoladíssimo e, a título de exemplo, disse que a Câmara de Cantanhede tinha um orçamento de 30 milhões de euros e a de Mira apresentava um de 18 milhões, ou seja, uma câmara que era várias vezes maior do que a de Mira apresentava um orçamento que nem sequer chegava ao dobro, sendo a diferença de apenas 12 milhões de euros; que, lhe apetecia perguntar para que era um orçamento tão empolado e irreal, se era apenas para dizer às pessoas que estavam a fazer muitas obras. Disse ainda que o anterior Executivo não tinha feito apenas coisas más, também tinha feito coisas boas e uma das boas coisas que tinha feito tinha sido as Jornadas da Gândara, momentos de alto teor cultural que envolviam todo o concelho e até pessoas de fora do concelho que traziam o que de melhor tinham para oferecer, tendo sido discutidos vários temas como arquitectura, gastronomia, barrinha, dunas, turismo, ambiente, etc. e tendo terminado esses momentos de reflexão, tinha-se criado um vazio cultural como há muito não se via no concelho de Mira. Como exemplo disso mesmo, lembrou a animação da Praia de Mira que a pouco mais se tinha resumido do que à actuação do Rancho Folclórico do Poço da Cruz e das meninas dos “Zuas”, o que achava manifestamente pouco para uma terra que tinha milhares de veraneantes. O sr. deputado Dr. José Balugas continuou a sua intervenção manifestando a sua discordância com a construção do novo edifício da Câmara Municipal e perguntou se já havia terreno disponível para o efeito. Por fim, questionou a verba



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

de 100.000.00 € para Juntas de Freguesia, tendo perguntado quais seriam os critérios que iriam ser utilizados para a sua distribuição. -----

-----O sr. Presidente da Mesa da Assembleia quis fazer uma intervenção, na qualidade de deputado e disse que, contrariamente ao que tinha sido afirmado pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro, achava que era tremendamente difícil planear quando não se tinha dinheiro, apenas se podia planear a ilusão, o vazio, a fantasia; que, quando se referia no relatório do plano de actividades que “...a Câmara Municipal irá intervir um pouco por todo o lado...”, era no sentido de que todas as localidades do concelho iriam ser contempladas e nenhuma seria menosprezada; que, no que respeita à “herança obsoleta”, também se poderia incluir os outros executivos anteriores, não só do PS como também do PSD; que, havia coisas que eram absoletas pela sua própria natureza e pelo andar dos tempos e que havia formas diferentes de leitura; que, relativamente ao turismo de qualidade, tinha algum conhecimento porque tinha estado à frente da formação turística muito tempo, e o mesmo era entendido como sendo praticado em hotéis de 4 ou 5 estrelas, com bons serviços de apoio e podia dizer que tinha feito oferta ao concelho de Mira para uma escola de hotelaria, para formação de pessoal e, na altura tinha sido entendido que estava a fazer política e não tinha sido aproveitada a sua ideia. Sobre as Jornadas da Gândara, disse que tinha participado activamente nas mesmas e tinha sido o mentor da ideia, conjuntamente com o Dr. João Reigota e que tinham sido um “sacudir de pó” de muita coisa, embora tendesse demasiado para a História e tivesse faltado a vertente demográfica e social; que, a nível de outras iniciativas, como lançamento de livros, queria lembrar alguns momentos já do mandato do actual executivo, como o lançamento do livro de Idalécio Cação e do livro da Dr<sup>a</sup>. Fátima Bica, que tinham sido momentos culturais impressionantes, não tendo gostado tanto do lançamento do livro de Silvério Manata, por uma questão apenas de organização, tendo sido sempre mantido o nível cultural. Mais disse que, aceitava o desafio lançado pelo Dr. Regateiro, no sentido de ser feito um bom estudo do concelho, na vertente social, demográfica e de saúde pública que era inexistente e havia problemas sérios no concelho que tinham que ser combatidos, mostrando-se interessado em fazer um trabalho conjunto nessa perspectiva. --



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o sr. deputado Engº. Carlos Monteiro para dizer que já pouco tinha a dizer, uma vez que o seu colega de bancada, Prof. Dr. Fernando Regateiro tinha dito quase tudo. Ainda assim, quis lembrar que no plano de actividades anterior do ano de 2003, tinha falado no problema do saneamento e o que era um facto é que tinha verificado que, durante um ano, não tinham sido feitos projectos. De qualquer modo, quis louvar e congratulou-se com a execução de estudos a nível de captações de água e também com as negociações levadas a cabo com a Junta Regional de Coimbra do Corpo Nacional de Escutas, concordando plenamente com a construção do centro de formação ambiental. -----

----- Usou da palavra o sr. deputado Dr. Luis Rocha para destacar o relatório que integrava o plano de actividades da Câmara Municipal para o ano de 2004, dizendo que quer se gostasse quer não, a verdade é que estava escrito e tinha sido assumido e, pela primeira vez se via um executivo municipal a assumir grandes opções, a apontar objectivos, a referir um conjunto de obras a realizar e a assumir também que o desenvolvimento de Mira passava por um conjunto de áreas que tinham a ver com a questão do emprego qualificado e a incubadora de empresas que lhe estava inerente, com a qualidade de vida e tudo o que dizia respeito à valorização da qualidade ambiental imensa que Mira tinha e que por todos era reconhecida e também com o novo edifício municipal que julgava ser uma opção válida e importante e absolutamente necessária para criação de melhores condições de vida e de trabalho para todos os funcionários da Autarquia e sobretudo pela prestação de melhores serviços e mais eficazes, de melhor acessibilidades a todos os Mirenses. Referiu que não tinha dúvidas de que era um plano com marcas muito positivas, era um plano ambicioso e a Câmara estava a arriscar, mas era tempo de arriscar e de se levar à prática o plano proposto e de que Mira muito necessitava, mesmo não sendo fácil porque as receitas eram poucas e se estava num quadro de forte contenção económica; que, os próprios elementos do PS indirectamente assumiam que não era fácil e, por um lado, diziam que o orçamento estava demasiado empolado e, por outro, diziam que as verbas inscritas para esta ou aquela rubrica eram insuficientes; que, tinha sido necessário fazer opções e a Câmara tinha-as feito e concordava com elas; que, todos sabiam que ia ser um ano difícil, em que a execução do plano proposto iria exigir que se batalhasse muito por novas e muitas fontes de financiamento e todos deviam dar o seu melhor para que o



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

plano fosse possível de concretizar e teria que ser exercida muita força política para exigir do governo central o assumir dos compromissos que estavam no papel, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de desafecção de solos para a construção do estádio municipal e outras infra-estruturas deveras importantes para o concelho. Como último ponto, referiu que nos orçamentos das câmaras municipais e o da Câmara de Mira não fugia à regra, bem pelo contrário, era sempre difícil racionalizar e conter despesas quando as atribuições eram cada vez mais e exigiam o aumento da despesa mas acreditava no plano e realçou a forma como o mesmo tinha sido apresentado, nada escondendo e mostrando claramente os objectivos, as metas, aquilo que se pretendia para o futuro de Mira. -----

-----Falou, de seguida, o deputado sr. Pedro Nunes que disse que o edifício da Câmara Municipal de Ílhavo era conhecido por “galantolândia” porque quem tinha dado o pontapé de saída tinha como apelido “Galante” e era hoje um edifício marcante, como obra de engenharia e arquitectura, servia exemplarmente os munícipes e os vários serviços públicos que nele se encontravam instalados; que, tinha custado bastante ao presidente de então, militante do PSD, arrancar com a obra pelo aspecto megalómano que tinha em si e que tudo isto servia para dizer ao sr. Presidente da Câmara que tinha sido preciso coragem para apresentar o novo edifício da Câmara como a obra mais importante do plano e, por isso, deu os parabéns ao sr. Presidente e fez votos para que a obra arrancasse o mais rapidamente possível para bem servir a população e os funcionários; que, todos sabiam que entre a exigência e o resultado final há uma grande diferença mas isso era assim em todos os sentidos, desde logo na casa de cada um, em que os filhos exigiam e nem sempre lhes podia ser dado o que era pedido e o mesmo se passava no Executivo que se deparava com algumas dificuldades para conseguir os seus objectivos mas que iria continuar a insistir. A terminar, deu os parabéns pela forma de apresentação dos documentos em apreço.-----

-----Devolvida a palavra ao Executivo, pelo sr. Presidente foi dito que as posições que têm sido tomadas pelo Órgão a que preside, têm sido sempre assumidas por escrito e o que era pretendido era que Mira fugisse ao marasmo a que tem estado votada; que, não queria com isso dizer que os anteriores Executivos não tivessem feito obras mas o actual Executivo tinha maneiras diferentes de planear e também qualquer autarca o que pretendia era mostrar obra feita e certamente a Assembleia não podia ler na sua testa os



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

dizeres “parvo”; que, o que ali estava para ser aprovado era um plano plurianual que tinha verbas inscritas para o corrente ano e seguintes, o que significava que, mesmo assumindo que era inflacionado, a pretensão era que o mesmo fosse cumprido e era assumido na íntegra; que, existiam, pelo menos, dois pontos, que poderiam demonstrar algum conhecimento do que era o PIDDAC previsto para Mira; que, queria agradecer a disponibilidade demonstrada pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro como de outras pessoas que afirmavam nos jornais em parangonas que se fossem eles tinham discutido um PIDDAC muito mais elevado para o concelho; que, o que tinha sido ali dito e tinha sido publicado em alguma imprensa, denotava algum desconhecimento relativamente ao PIDDAC; que, no tocante aos seis milhões de euros, existia quase esse valor, pelo que existia nos papéis, porque Mira tinha apresentado três obras estruturantes e uma delas estruturante a nível distrital, tendo Mira proposto a A-17 como obra estruturante para entrar em PIDDAC e não era uma obra deste Executivo como outras que tinham sido feitas no concelho também não o eram e, no entanto, as pessoas arvoravam-se donas e senhores dessas mesmas obras; que, a execução da Variante de Mira, a somar à intervenção que irá ser feita na EN 109 no concelho de Mira e a reconstrução dos esporões, em termos de verbas, iria chegar aos tais seis milhões de euros; que, não se falava na requalificação da Barrinha que tinha sido um dos pedidos para entrar em PIDDAC mas estava a ser feito um estudo pela CCDRC, para que a Câmara Municipal pudesse apresentar um projecto, com uma comparticipação de 75%; que, o único pedido que não tinha sido considerado em PIDDAC tinha sido o lar residencial da Cercimira e que era uma pena que não existisse outro tipo de visão, na área social, por parte dos governantes do País; que, evidentemente, todos gostariam de ali estar a dizer que estavam assegurados vinte ou trinta milhões de euros em PIDDAC, o que não era possível mas dentro do contexto actual achava que se tinha conseguido, pelo menos, minorar toda a carga negativa que estava subjacente. Relativamente ao documento escrito a que todos tinham tido acesso poderia dizer que era muito fácil falar e criticar e aceitava as críticas quando eram feitas de forma positiva aproveitando-as para melhorar o desempenho da Câmara Municipal mas queria dizer que não precisava de ajuda da maneira como ela ali era oferecida para dizerem que no contexto nacional a Câmara Municipal de Mira valia muito pouco e pouca força tinha a nível distrital e nacional; que, poderia



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

mostrar alguns documentos referentes ao trabalho que o Executivo tem desenvolvido ao longo dos últimos dois anos e certamente que, com muito trabalho que tem sido feito se o apresentasse continuariam a dizer que não tinham feito nada, que era um marasmo total e achava que essas críticas não deviam ser feitas sem conhecimento das situações; que, pela verdade dos factos, achava que as pessoas ao fazerem comentários públicos, não deviam, pelo menos, dizer inverdades e que deviam tentar verificar e assumir aquilo que tinha sido uma gestão que considera uma má gestão dos Executivos anteriores porque seria muito mais fácil se não existisse a dívida que existia, se partissem exactamente como o anterior Executivo, se a situação financeira fosse a mesma; que, discordava e já o tinha feito publicamente, de algumas políticas e algumas opções tomadas pelos Executivos liderados pelo PSD e que, depois de conhecer todos os dossiers podia afirmar que tinham sido cometidos muitos erros e que esses erros tinham que ser assumidos e ele assumia os seus; que, relativamente ao novo edifício da Câmara Municipal, quando se dizia que daria lucro, tinha um pouco a ver com o tipo de projecto que iria ser feito para o edifício e o que estava dito e tinha sido explicado no Executivo é que poderia ser pago o edifício municipal não recorrendo à totalidade da verba que tinha sido pedida de empréstimo e isso explicava-se na rentabilidade que era feita em termos de dois blocos, sendo um para os novos serviços da Câmara Municipal e outro lateral que iria compensar esses novos serviços e isto era gestão, era gastar verbas mas primeiro resolvê-las em termos de receitas e era isso que era pretendido; que, tinha também havido críticas relativamente ao parque desportivo e não havia terreno preparado para ele, apenas havia terrenos privados; que, o que era pretendido era que esse parque desportivo ficasse englobado numa determinada área, mas para isso havia alguns pontos que tinham que ser ultrapassados; que, o que a Câmara Municipal tinha que fazer era, antes de investir, tentar arranjar receitas e era isso que estava ser feito e por isso tinha sido feita a desafecção do pinhal da Gândara e estava garantido o empréstimo para o parque desportivo e, como não estava a ser utilizado, a verba estava cativa e nem sequer se estava a pagar juros sobre ela; que, eram situações complicadas, que demoravam o seu tempo; que, se alguém já tivesse pensado nelas anteriormente seria diferente, seria muito mais fácil o novo Executivo chegar e começar a fazer obras e o que se estava a tentar era criar as receitas para que, quem vier a seguir, não sofra o mesmo que este



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Executivo estava a sofrer; que, era afirmado que o orçamento estava demasiado empolado e que não se iria conseguir as receitas previstas mas, se calhar, se as coisas correrem bem, até se iria conseguir ultrapassar essas receitas mas que havia uma coisa, é que não dependia do trabalho da Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal tem andado a trabalhar, não tem andado a fazer política; que, era acusado de não ir para a rua, de não dar explicações nos jornais, mas assumia essa responsabilidade e tinha uma maneira diferente de fazer política e aquilo que fazia era primeiro tentar arranjar receitas e só à posteriori gastar o dinheiro porque não podia gastar o dinheiro que não tinha; que, seria muito mais fácil endividar-se e apresentar obras no terreno mas primeiro havia que ultrapassar algumas situações e era isso que estava a ser feito. Debruçou-se, depois, sobre crítica que tinha sido feita relativamente ao campo de tiro em que era dito que não iriam conseguir e era falso, era errado porque a informação que era transmitida era uma informação errada porque não se baseava em documentos ou baseava-se em algumas informações erradas de certas entidades e eram tão erradas que se tinham baseado num parecer do ICN no tocante a parecer pedido pelo anterior Executivo sobre a desafecção da área do Casal S. Tomé, em que tinha havido parecer negativo para o campo de tiro; que, se tinha avançado muito mais e neste momento havia o parecer positivo do ICN o que significava que relativamente à relocalização do campo de tiro seria, em princípio, uma realidade, por isso as críticas feitas não tinham nenhuma razão, eram críticas que não concebia que fossem feitas porque eram puras inverdades. No tocante a outro assunto focado pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro, designadamente no que respeita a formação, disse que isso era bem claro e que a Câmara Municipal entendia que deveria ser uma das principais características que deveria ser privilegiada e não concordava com a opinião proferida pelo dito deputado quanto à utilização dos meios informáticos porque achava que sem eles o trabalho seria muito mais dificultado. No respeitante aos critérios de atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia, disse que tinha sido bem claro e que era sempre dado mais às Juntas e estas eram convidadas a apresentarem pedidos diferentes porque em relação aos subsídios achava que não tinha que existir uma subsídio-dependência quer em relação às associações, quer em relação às próprias Juntas, embora a Câmara estivesse sempre pronta a ajudar as referidas autarquias e não gostaria de ouvir que era feito um tratamento diferenciado às Juntas do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

concelho porque nunca o tinha feito nem nunca o faria, mas se lhe provassem que estava errado era capaz de recuar. Por fim, disse que o Executivo municipal tudo iria fazer para conseguir a maior percentagem possível de execução do plano de actividades e orçamento para o ano de 2004 e assumia a proposta apresentada na globalidade. -----

----- Invocando o direito de resposta, usou da palavra o sr. deputado Dr. José Balugas para, apelando ao espírito natalício da época e atendendo a que qualquer das intervenções ali feitas tinham sido em função do orçamento apresentado, dizer que ninguém se tinha dirigido ao sr. Presidente da Câmara, o qual tinha tido uma expressão pouco própria afirmando que não tinha escrito na testa a palavra “parvo”, quando ninguém tinha utilizado esse termo nem ninguém se tinha dirigido à sua pessoa, nem ninguém tinha tentado ofendê-lo, apenas se tinham referido ao orçamento e achava que o sr. Presidente tinha uma postura completamente diferente quando respondia às perguntas da oposição e quando respondia às perguntas da bancada do seu partido e não devia ser assim; que, a postura formal deveria sempre ser mantida e, sobretudo, não serem aplicados termos menos próprios e que não tinham sido usados por ninguém e solicitou que fossem retiradas tais palavras.-----

----- De novo, usou da palavra o sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro para dizer que o sr. Presidente da Câmara era tido como pessoa muito esclarecida e que as expressões utilizadas eram idiomáticas que se usavam mas, ao dizer que não queria que lhe colassem na cabeça aquele termo, dava a sensação que estaria a pensar que do outro lado o estavam a tratar como tal, ou que, eventualmente, poderia querer dizer que do outro lado teriam essa palavra na testa e não queria que colassem essa palavra na testa do sr. Presidente como também não queria que a visse na dos demais e que o melhor seria passar-se uma esponja na testa da oposição onde provavelmente a tinha visto e na testa do sr. Presidente onde nunca a tinham visto; que, a crítica ali feita, nem era propriamente crítica, era uma análise emocionada, que lhes dizia respeito como cidadãos deste concelho, era uma apreciação e que ninguém ali tinha dito que não tinha sido feito trabalho porque, naturalmente, que tinha sido feito trabalho, era para isso que tinham sido eleitos e disso haveriam de prestar provas e prestar contas; que, a intervenção tinha valido a pena, porque tinham saltado da cartola uma série de coelhos e que os raciocínios da oposição eram feitos na base





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

daquilo que o sr. Presidente e restante Vereação lhes facultavam e apenas sabiam das coisas em função daquilo que lhes era informado e que essa informação deveria ser dada logo no período das informações porque, garantia, o sr. Presidente tinha crescido aos olhos de quem tinha feito as críticas e ,dessa forma, cresceria cada vez mais e ganhava credibilidade na intervenção o Executivo que mostrava o tipo de trabalho que estava a fazer; que, todos tinham direito à informação e ela não tem surgido; que, a informação dada, consubstanciava outro tipo de raciocínio e que, quando o sr. Presidente dizia “se eu vos dissesse o trabalho que tem sido feito...”, isso era uma casca de banana porque não dava conhecimento do trabalho feito, para a oposição atacar e no fim dava informação sobre esse mesmo trabalho desenvolvido e todos ficavam embasbacados a olhar para o sr. Presidente mas que deveria continuar a surpreender a todos com informações que, garantidamente, da sua parte, teria palmas e não se arrependia nada de o ter provocado; que, se por vezes falava de certa forma, era por ser amigo do Dr. Mário Maduro e falava assim para o picar, para o estimular e pedia-lhe que não rejeitasse a sua oferta como, há pouco, liminarmente, o tinha feito porque isso não lhe ficava bem e sempre lhe dizia que do outro lado havia gente que se unia que se irmanava para defender o concelho. Relativamente às obras e às opções tomadas, disse que as respeitava e que, desde o início, afirmava isso mesmo e até tinha sugerido que fossem concentrados os recursos existentes em obra que se visse em vez de se andar a distribuir aos pinguinhos pela capelinha de cada habitante, mas fazer isso era incómodo porque iria criar incompreensões; que, se fizesse determinada obra relevante numa terra iria ter todos os outros municípios a dizer que não lhes ligava nada, mas isso é que era ter coragem política, era fazer opções embora reconhecesse que em política estas coisas eram um pouco complicadas quando se queria agradar a Gregos e Troianos; que, quando o sr. Presidente da Câmara falava na apresentação de propostas estruturantes, ele acreditava que era verdade, mas não se tinha referido a propostas partidárias, antes a propostas deste Executivo e não de uma proposta da A-17 ou outra do género Intermunicipal ou o que quer que fosse; que, quanto ao endividamento e às palavras do sr. Presidente da Câmara ao afirmar que não fazia nada enquanto não arranjasse receitas, bastava olhar para o relatório que tinha sido entregue para verificar que existiam mais de oito milhões de dívidas feitas entre 2001 e 2002, ou seja, o correspondente a 50% do orçamento; que,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

em seu entender, as dívidas e os empréstimos eram de louvar e se tinham sido contraídos era porque tinha sido necessário e não estava contra os empréstimos quando eram justificados e, certamente, que a Câmara os justificava plenamente mas que tinha sido a retórica do sr. Presidente que tinha dito que antes de fazer algo, primeiro procurava gerar receitas, no entanto, o que se podia verificar do relatório é que uma verba substancial do empréstimo era para investimento e, sendo assim, não tinham sido geradas receitas previamente; que, achava bem, desde que fosse pelo bem comum, que se fossem buscar verbas onde elas existiam, desde que houvesse capacidade de endividamento e que fosse para fins que promovam o bem-estar social e económico do País, que dêem sustentabilidade ao concelho de Mira. Como nota final e relativamente aos meios informáticos, disse que os mesmos eram importantes desde que fossem servidos por pessoas para eles formadas, nunca tendo afirmado que não poderiam ser um instrumento, pelo contrário disse que eram essenciais mas que o desenvolvimento e a modernidade não se atingiam com os meios informáticos, até podiam ser contraproducentes se se apostasse neles sem pessoas formadas, porque eles não faziam nada sem cérebro humano mas servidos de pessoal habilitado eram de um potencial extraordinário e muito necessários. No respeitante às “Jornadas da Gândara”, disse que não queria discutir paternalidades mas que ainda antes de ser iniciada a campanha para a segunda eleição do Dr. João Reigota, se falava em Jornadas da Gândara, na altura ainda não com esse nome mas com a designação de jornadas culturais ou algo no género; que, louvava e se irmanava na boa vontade e nos contributos manifestados e que ficasse claro que as jornadas tinham sido um momento alto do concelho; que, o sr. Dr. Gabriel da Frada sentia prazer em estar ligado a essas iniciativas como ele próprio sentia, assim como o Dr. João Reigota e todos os que nelas tinham participado; que, tudo o que tinha sido ali referido era importante, desde os lançamentos de livros e outras iniciativas que traduziam produção dos conterrâneos mas era preciso algo mais estruturado, era preciso haver lugares de reflexão, planeados à distância em que se criasse um hábito e uma tradição cultural, no sentido de se saber que todos os anos, em determinado local, acontecia algo mais do que um momento, algo em que se preparavam e se lançavam ideias mas que não bastava discutir, não bastava reflectir e identificar a causas, era preciso depois agir, porque se não houvesse acção ficava tudo na mesma e não se passava do marasmo e daí que quando o sr. Presidente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

dizia que era preciso actuar, ele actuava, de facto, nos gabinetes e era bom e também que era preciso empenho e ele empenhava-se e o Executivo também se empenhava como os demais se empenhariam se fosse pedido o seu contributo mas, pelo jeito ele não era necessário; que, quando falava em falta de peso político ela era real, não havia nada a fazer porque não havia números que pudessem iludir a questão porque o que constava no relatório eram 200.000.00 € de PIDDAC, contra os muitos milhões que seriam de desejar. -----

-----O sr. Presidente da Câmara interveio e disse que, sem menosprezar os dotes oratórios do sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro e a mensagem que queria passar sobre a situação financeira da Autarquia, lhe queria dizer que tinha feito uma análise totalmente errada; que, tinha feito uma análise errada sobre o empréstimo contraído em 2001 que, por acaso, tinha sido contraído pelo Partido Socialista; do empréstimo contraído em 2002, por acaso contraído para pagar dívidas do Partido Socialista; do empréstimo contraído em 2002, no valor de quatro milhões quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos euros, destinado a investimento, do qual tinham sido utilizados apenas novecentos e noventa e sete mil e seiscentos euros, por acaso para pagar dívidas da Variante – 1ª. fase, por acaso dívidas do Partido Socialista; que, não falava diferente para ninguém como o sr. deputado Dr. Balugas dizia na Assembleia como não falava lá fora, mas que era provocado e tinha que responder, embora não quisesse ferir ninguém, não era essa a sua intenção nem nunca tinha sido, para além de que as tais expressões idiomáticas não levavam a nada e que, para constar, queria também referir que não tinha recusado ajuda, apenas tinha a ver com artigos de jornais que não deveriam sair. -----

-----O sr. deputado João Luis Pinho quis fazer uma correção ao discurso do sr. Presidente da Câmara, dizendo que as dívidas não eram do Partido Socialista mas sim da Câmara Municipal de Mira. -----

-----O sr. Vereador Nelson Maltez quis também fazer um esclarecimento no sentido de sossegar o deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro relativamente à questão da informática, dizendo que a Câmara Municipal se tinha associado a três projectos do “Aveiro Digital” e que numa das candidaturas estavam previstos nove mil contos para formação; que, assim sendo, se podia verificar que o que se pretendia não era somente comprar computadores mas antes dotar a Câmara Municipal de outros meios que possam



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

permitir às pessoas, através de um sistema informático, resolver alguns problemas sem terem que se deslocar à Câmara Municipal; que, relativamente à formação, o programa “POSI” exigiu que a Câmara fizesse também um esforço de formação na população e tinha sido assumido o compromisso de certificar em competências básicas de tecnologias de informação cerca de 2.500 cidadãos. -----

----- Terminadas as intervenções, seguiu-se a votação, em separado, dos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos. Assim, obtiveram-se os seguintes resultados: Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2004 e actividades mais relevantes, **aprovado por maioria**, com 11 votos contra, do Partido Socialista e 13 votos a favor, do Partido Social Democrata. -----

----- **Declaração de voto:** O sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro declarou que a votação contrária ao plano apresentado não tinha a ver com os ganhos que o mesmo transmitia em termos de apresentação e clareza e em termos de contributos que, à posteriori, tinham sido veiculados e que provavelmente se tivessem sido veiculados antes teriam feito ponderar uma decisão diferente mas tinha a ver com aquilo que consideravam um empolamento dado ao orçamento, em termos de números, com a assimetria na distribuição das verbas pelas rubricas e também com a discordância de fundo sobre as opções estratégicas aí expressas. -----

----- Seguiu-se a votação do ponto 3 da ordem de trabalhos, orçamento do ano de 2004, tendo o mesmo sido, igualmente, **aprovado por maioria**, com 11 votos contra, do Partido Socialista e 13 votos a favor, do Partido Social Democrata. -----

----- **Declaração de voto:** O sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro disse que a declaração de voto para este ponto era semelhante à do ponto anterior e acrescentou que quando se referia à discordância pelas opções estratégicas, obviamente tinha subjacente a natureza política. -----

----- Nesta altura, eram cerca de 19.00 horas, ausentou-se da sessão o sr. deputado Dr. Juan António Apolinário. -----

----- **PONTO QUATRO: Análise, discussão e votação da alteração da finalidade de abertura de crédito para investimento**-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Dada a palavra ao Executivo, pelo sr. Presidente da Câmara foi explicado que se tratava de uma opção assumida pela Câmara Municipal, não havendo, em seu entender, necessidade de discussão do assunto, estando o mesmo apenas sujeito a votação. -----

-----A deputada Prof<sup>a</sup>. Maria Elzita Seixas usou da palavra para dizer que tinha uma pergunta para apresentar a qual, todavia, tinha perdido um pouco a oportunidade, face ao documento que tinha sido entregue; que, pretendia saber quais eram as garantias formais e escritas que a Câmara Municipal tinha do IEP, relativamente ao financiamento da obra de execução da 2<sup>a</sup>. fase da Variante, uma vez que havia transferência de verbas para outras obras porque o IEP se tinha comprometido a pagar as necessárias expropriações, tanto mais que o documento apresentado, designadamente um ofício proveniente da Secretaria de Estado das Obras Públicas, não dava garantia nenhuma, nem vinculava a nada. Por outro lado, solicitou que fosse melhor explicado o conteúdo da alínea b) da proposta apresentada pela Câmara Municipal, designadamente “aquisição pontual de outros terrenos para pequenos projectos de investimento de interesse para a população de Mira” que, em seu entender, não estava muito explícito.----

-----A explicação foi dada pelo sr. Vereador Nelson Maltez que esclareceu que parte do crédito tinha já sido utilizado para pagar expropriações referentes à 1<sup>a</sup>. fase da Variante e também da ER 334; que, a primeira avaliação feita tinha tido em conta os parâmetros utilizados nas expropriações da 1<sup>a</sup>. fase da Variante e, agora, feita nova avaliação, o valor encontrado para pagamento de expropriações da 2<sup>a</sup>. fase estimava-se que fosse substancialmente mais baixo; que, a situação financeira da Autarquia não era famosa, até porque as receitas tinham baixado e poderia ser utilizado aquele crédito para aquisição dos terrenos situados nas proximidades da incubadora e também para aquisição pontual de terrenos para pequenos projectos de investimento de interesse para a população de Mira, que pudessem vir a surgir em situações como, por exemplo, em locais onde se terá que avançar com infra-estruturas sociais, como Centros de Dia se, para isso, houver abertura por parte da Segurança Social sendo, obviamente, necessário adquirir terrenos, para o efeito; que, o que se propunha era a alteração do objectivo do crédito uma vez que havia a garantia de que a 2<sup>a</sup>. fase da variante iria ser assumida pelo IEP e tinha que se acreditar nisso.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Seguidamente, passou-se à votação do ponto 4 da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 11 votos contra, do Partido Socialista e 12 votos a favor, do Partido Social Democrata.-----

----- **Declaração de voto:**-----

----- Foi feita uma declaração de voto pela deputada Prof<sup>ª</sup>. Maria Elzita Seixas que disse que os elementos da sua bancada tinham votado contra pela razão de não se considerarem esclarecidos quanto às questões por si apresentadas, uma vez que as explicações dadas não tinham sido convincentes. -----

----- **PONTO CINCO: Análise, discussão e votação da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis:**-----

----- Mais uma vez, o assunto foi apresentado pelo sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a questão não tinha gerado qualquer tipo de discussão na reunião do Executivo e que o que tinha sido feito, no fundo, tinha sido aceitar as recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente às taxas a aplicar, visto que estas poderiam ser alteradas no final do ano e, se calhar, a recomendação feita seria, certamente, para evitar que as receitas das Autarquias descessem ainda mais. ---

----- Apresentado o assunto, passou-se à análise do mesmo, tendo o sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Milheirão questionado se, estando a proceder-se a uma revalorização do valor matricial dos prédios, este aumento percentual não seria um aumento a dobrar ou a triplicar. -----

----- O deputado sr. Eng<sup>º</sup>. Virgílio Cravo Roxo disse que sobre o assunto poderia dar algum esclarecimento e informou que iria ser certo que o sistema de avaliação dos prédios iria ser alterado, que o valor iria corresponder a cerca de 85% do valor real do património e a taxa irá incidir sobre esse valor; que, não podia afirmar com toda a certeza que seria 85% mas essa era a percentagem que tinha sido pedida nas reuniões preparatórias em que tinha já participado; que, concretamente na Praia de Mira, onde existia algum mercado, o valor do património iria ser estipulado pelo valor do mercado, enquanto que no resto do concelho seria por valor de construção e que, os valores, provavelmente, iriam variar entre 0,4 e



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

2 e que, fazendo as contas sobre 85% do valor real, a uma taxa de 08% que estava a ser proposta se chegaria ao montante que os munícipes iriam ter que suportar. -----

----- Uma vez mais, interveio o sr. deputado Carlos Milheirão para dizer que se estava na presença de uma figura em que, por exemplo na Praia de Mira onde os terrenos para construção valiam muito mais que no resto do concelho, os munícipes daquela localidade do concelho iriam ser sobre-taxados. -----

----- O sr. deputado Engº. Cravo Roxo esclareceu que tinha já feito algum trabalho, o qual estava em fase final e não podia aceitar que, por exemplo a localidade das Cavadas, fosse um lugar equivalente à Praia de Mira, assim como não imaginava que as Cavadas fossem 4 vezes menores que a Praia mas que as Cavadas tinham que ser, no mínimo, taxadas em 0,4. -----

----- O sr. deputado Engº. Carlos Monteiro disse que nem ele nem as pessoas da Praia de Mira tinham culpa de terem nascido naquela localidade ou lá residirem; que , já tinham que pagar a inflação dos custos de se tratar de uma praia voltada para o turismo, mas o que tinha sido dito não tinha qualquer lógica e não aceitava de forma nenhuma que fossem feitas regras para um lado e para outro, a custos de mercado, porque entendia que não devia ser assim e que apenas concordava com essas medidas para pessoas que tinham as suas casas na praia só para fazerem turismo ou passarem férias e não para os que lá tinham habitação permanente. O sr. deputado Engº. Cravo Roxo disse que comungava da mesma opinião mas que as regras eram impostas pela própria legislação. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria** com 5 votos contra, dos senhores deputados do Partido Socialista, Dr. José Balugas, Ricardo Rocha Diniz, Prof. Ramiro Acena, Carlos Milheirão e Engº. Carlos Monteiro; 2 abstenções, dos deputados sr. Narciso Patrão e João Luis Pinho e 16 votos a favor, dos deputados do Partido Socialista Prof. Dr. Fernando Regateiro, Dr. Rocha Castelhana, Drª. Ana Maria Baião e Profª. Maria Elzita Seixas e dos deputados do PSD srs. Dr. Gabriel da Frada, Luis Filipe Barreto, Engº. Tony Ventura, Engº. Virgílio Cravo Roxo, Pedro Nunes, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luis Manuel Jesus Lourenço, Dr. Luis Miguel Mingatos, Fernando Manuel Alves, Dr. Luis Rocha, António Aquiles Cainé e Mário Manata. -----

----- **Declarações de voto:** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. deputado Narciso Patrão António declarou que a sua abstenção ficava a dever-se ao facto de estarem previstas alterações e, se estas já estivessem em vigor, o sua posição seria manifestada pelo voto contra mas como o que estava a ser votado eram as taxas existentes, na dúvida, tinha-se absterido. Também o sr. deputado Carlos Milheirão justificou a posição por si assumida, através de um voto contra, pelos motivos que apresentou aquando da sua alocução, por achar que os residentes fixos na Praia de Mira, iriam ficar prejudicados em relação ao resto do concelho. -----

**----- PONTO SEIS: Análise, discussão e votação da proposta de suspensão parcial do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, para execução/aprovação da proposta de Plano de Pormenor dos Prazos Velhos -----**

----- O assunto foi apresentado pelo sr. Vereador Nelson Maltez que começou por lembrar que a Assembleia Municipal já se tinha pronunciado sobre o mesmo em sessão anterior mas que, por indicação da DGOTDU, o ponto em análise e o seguinte, que tinham sido tratados conjuntamente, deveriam ter sido analisados e votados em separado, devendo ser, em primeiro lugar, deliberado pela Assembleia Municipal a suspensão do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, pelo prazo de três anos, com base na fundamentação constante dos documentos anexos e no ponto seguinte tratadas as Medidas Preventivas. O que agora se estava a propôr à Assembleia Municipal era exactamente o mesmo assunto e conteúdo que tinha já sido aprovado mas em pontos separados, devidamente fundamentados e corrigidos. -----

----- O sr. deputado Fernando Alves questionou o que era, na prática, a suspensão do plano, tendo o sr. Vereador Nelson Maltez esclarecido que a zona dos Prazos Velhos era uma zona de génese ilegal e tinha sido feito um Plano de Pormenor para tentar corrigir tal situação e para que tal Plano de Pormenor ali pudesse ser encaixado teria que ser suspenso naquela zona e unicamente ali, o Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira e, enquanto aquele não entrar em vigor, terão que ser estabelecidas Medidas Preventivas que obriguem a que os licenciamentos tenham que ser feitos pela Câmara Municipal, mas sujeitos a parecer vinculativo da CCDR, com vista a que não se inviabilize o Plano de Pormenor e, de algum modo, se lhe vá já dando forma, podendo as pessoas ali construir ou utilizar os terrenos em função do novo Plano, embora este não esteja ainda devidamente aprovado. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não se tendo verificado mais intervenções, seguiu-se a votação, tendo-se o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do sr. deputado Carlos Alberto Milheirão que declarou que a sua abstenção se prendia com o facto de, em seu entender, a suspensão proposta ir atrasar, ainda mais, a resolução do problema existente nos Prazos Velhos, uma vez que a tendência das pessoas era para procederem a construções, de forma clandestina e a suspensão proposta, pelo período de 3 anos, iria proporcionar o alastramento de tais situações. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, ainda, revogar a deliberação tomada pelo mesmo Órgão, em sessão de 30 de Dezembro de 2002, concernente ao assunto constante deste ponto, substituindo-a pela presente. -----

----- **PONTO SETE: Análise, discussão e votação sobre o estabelecimento de medidas preventivas para a área sujeita à suspensão parcial do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira para execução/aprovação da proposta do Plano de Pormenor dos Prazos Velhos**-----

----- No tocante a este ponto da ordem de trabalhos foram dispensadas informações adicionais, uma vez que, o documento de fundamentação anexo e as explicações dadas para o ponto anterior foram julgadas suficientes. Assim, não se tendo verificado qualquer intervenção, passou-se, de imediato, à votação, tendo o resultado sido o mesmo verificado no ponto anterior, isto é, o assunto foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção do sr. deputado Carlos Milheirão, que declarou abster-se pela mesma razão invocada no ponto anterior. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, ainda, revogar a deliberação tomada pelo mesmo Órgão, em sessão de 30 de Dezembro de 2002, concernente ao assunto constante deste ponto, substituindo-a pela presente. -----

----- **PONTO OITO: Análise, discussão e votação sobre a constituição da Área Metropolitana de Coimbra e respectiva participação do Município na mesma** -----

----- O sr. Presidente da Câmara que era intenção da Autarquia e tinha sido demonstrado por todo o Executivo, aderir à Área Metropolitana de Coimbra; que, tal adesão tinha como finalidade que a diferenciação, em termos de verbas, de projectos, de intermunicipalidade, não seja notória; que, pensava



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

que era muito mais fácil correr em conjunto do que correr isolado, embora isso não significasse que tivesse que haver servilismo em relação a quem quer que fosse, ou mesmo em relação a Coimbra; que, o Executivo entendia que, como opção, Mira deveria pertencer à Área Metropolitana de Coimbra, quer pela cultura, quer por tudo o mais, designadamente a política intermunicipal, em que havia uma acessibilidade primordial entre Mira e Coimbra; que, apesar da adesão proposta, Mira nunca seria serviçal a quem quer que fosse e que se devia primar pela diferença, tentando que, de alguma maneira, Mira seja vista no conceito de Área Metropolitana como um parceiro igual a outros tantos bem maiores. -----

-----O sr. deputado prof. Dr. Fernando Regateiro subscreveu as palavras do sr. Presidente da Câmara e disse ainda que, na sua perspectiva, seria catastrófico que Mira não aderisse à Área Metropolitana de Coimbra. -----

----- Também o sr. deputado Narciso Patrão interveio e questionou que força teria o concelho de Mira no conjunto da Área Metropolitana de Coimbra, a 40 Km de distância? Disse que, se calhar, teria menos peso do que Portugal na CEE e, por essa razão não iria votar favoravelmente, porque tinha dúvidas que não se fosse perder o pouco que se tinha em favor dos outros, porque não havia peso, Mira estava a 40 Km de distância e era muito pequenina.-----

----- Não se verificando mais intervenções, foi o assunto posto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com um voto contra do deputado sr. Narciso Patrão António. -----

----- **Declaração de voto:** O deputado sr. Carlos Milheirão declarou que tinha votado a favor na esperança de que Mira não viesse a ser o parente pobre dentro da Área Metropolitana de Coimbra.-----

----- **PONTO NOVE: Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal referente à concessão do direito de caça sobre duas parcelas de terreno integradas no perímetro florestal das dunas e pinhais de Mira** -----

-----O sr. Presidente da Câmara deu uma explicação sucinta relativamente ao assunto, dizendo que a Câmara tinha disponibilizado os terrenos, mediante a formalidade de hasta pública, nos termos da Lei, tendo a arrematação de duas parcelas de terreno integradas no perímetro florestal das dunas e pinhais de Mira para concessão de uma zona de caça associativa sido licitada pela Associação de Caçadores de Mira.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O sr. deputado Prof. Ramiro Acena disse que vários municípios tinham aderido ao projecto de regime municipal de caça e perguntou o que havia sobre isso no concelho de Mira. -----

-----O sr. Presidente da Câmara respondeu que as reservas municipais têm vindo a ser criadas nos últimos tempos em diversos concelhos, quer lideradas pelas Juntas de Freguesia, quer pelas associações de caçadores; que, não concordava minimamente com o que estava a ser feito em termos de reservas municipais, porque entendia que iriam criar mais diferenciação e desinteligências entre as pessoas porque fazia com que as pessoas tivessem muito mais dificuldade em caçar nessas zonas, uma vez que as municipais eram destinadas aos residentes, existindo apenas uma quota mínima para as pessoas do exterior lá poderem caçar. Informou, também, que existia um pedido da Associação de Caçadores de Mira para ser formada uma municipal, existindo ainda um outro grupo com a mesma intenção, não vendo ele viabilidade nessa opção porque as municipais tinham sempre que ser assumidas por uma associação ou uma junta de Freguesia ou outra qualquer instituição, porque não tinha viabilidade económica a sua criação por parceiros individuais. -----

-----Não estando o assunto sujeito a votação e esgotada a ordem de trabalhos da sessão foram dirigidos alguns votos de boas festas, desde logo pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro que se quis congratular por mais um ano de sã confraternização e democrático debate e, em nome da bancada do Partido Socialista, renovou os desejos a todos os membros do Executivo Municipal, aos senhores deputados da bancada do PSD, aos quadros técnicos superiores e demais quadros da Câmara Municipal de boas festas e de um ano de 2004 pleno de realizações pessoais e profissionais, com muita saúde, paz e entendimento, a bem do concelho de Mira. Igualmente, o sr. deputado Pedro Nunes formulou votos de boas festas e um feliz Ano Novo a todos, bem como aos respectivos familiares. -----

----- Seguidamente, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminados os trabalhos, ao mesmo tempo que solicitou autorização para se proceder à assinatura, em minuta, da acta respectiva, a qual foi concedida por unanimidade. -----

----- Ainda antes de dar por terminados os trabalhos, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra e disse que aquela sessão tinha sido muito mais agradável do que a sessão de há um ano atrás;



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

que, era sempre bom que existissem pontos de vista diferentes e recordou a história de Thomas Mann em que dois grandes escritores, colocados a observar um campo onde estava um toiro a pastar, na perfeição da descrição e na objectividade das coisas, tudo era descrito ao pormenor, as árvores, as ervas, tudo o que existia com uma perfeição incrível, só que um dizia que o toiro era branco e outro que era preto, o que não podia ser, algum deles tinha que estar enganado; que, na verdade, ambos estavam certos porque o toiro de um lado era branco e do outro era preto. Moral da história: para se ter a percepção da realidade era necessário olhar o preto e o branco das coisas e esse era o seu voto até ao fim. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

-----E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião. -----

---

---

---